



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 25^a REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 1^a SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57^a LEGISLATURA, REALIZADA EM 10 DE MAIO DE 2023, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às treze horas e sete minutos do dia dez de maio de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob as Presidências dos Senadores Paulo Paim e Augusta Brito, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senadores Professora Dorinha Seabra, Leila Barros, Izalci Lucas, Alessandro Vieira, Mara Gabrilli, Zenaide Maia, Jussara Lima, Flávio Arns, Lucas Barreto, Nelsinho Trad, Ana Paula Lobato, Eduardo Girão, Dr. Hiran e Damares Alves, e ainda dos Senadores Angelo Coronel, Teresa Leitão, Eduardo Braga, Eduardo Gomes e Marcos do Val, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Randolfe Rodrigues, Renan Calheiros, Ivete da Silveira, Carlos Viana, Humberto Costa, Magno Malta e Romário. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas da vigésima primeira a vigésima terceira reuniões, que são aprovadas. Passa-se à apreciação da pauta: Deliberativa. ITEM 1 - Projeto de Lei do Senado nº 268, de 2017 - Não Terminativo - que: "Altera o art. 58-A da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para limitar a duração do contrato de trabalho a tempo parcial a 25 (vinte e cinco) horas semanais." Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS). Relatoria: Senadora Augusta Brito. Relatório: Favorável ao projeto, na forma da emenda (substitutivo) que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 2 - Projeto de Lei do Senado nº 271, de 2017 - Não Terminativo - que: "Revoga o art. 484-A da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para extirpar do ordenamento jurídico brasileiro a possibilidade de extinção do contrato de trabalho por acordo entre empregado e empregador." Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS). Relatoria: Senadora Eliziane Gama. Relatório: Favorável ao projeto. Resultado: Adiado. ITEM 3 - Projeto de Lei do Senado nº 282, de 2017 - Não Terminativo - que: "Dá nova redação ao § 4º do art. 71, da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, com a redação atribuída pela Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017, para determinar que a ausência, ainda que parcial, de fruição do intervalo intrajornada enseja o pagamento integral do período suprimido, com acréscimo de cinquenta por cento e natureza salarial." Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS). Relatoria: Senador Flávio Arns. Relatório: Favorável ao projeto. Resultado: Adiado. ITEM 4 - Projeto de Lei nº 1301, de 2019 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 13.257, de 8 de março de 2016, que “dispõe sobre as políticas públicas para a primeira infância”, para estabelecer critérios destinados ao financiamento e à instalação de equipamentos educacionais em espaços lúdicos." Autoria: Senadora Leila Barros (PSB/DF). Relatoria: Senador Weverton. Relatório: Favorável ao projeto, com duas emendas que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 5 - Projeto de Lei nº 5486, de 2020 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), para instituir o uso do cordão de fita com desenhos de girassóis para a identificação de pessoas com deficiências ocultas." Autoria: Câmara dos Deputados. Tramita em conjunto com o Projeto de Lei nº 788, de 2023 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), para dispor sobre o cordão de girassol como símbolo para identificação da pessoa com deficiência oculta ou não aparente." Autoria: Câmara dos Deputados.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatoria: Senador Flávio Arns. Relatório: Favorável ao PL 5486/2020, com uma emenda que apresenta, e pela rejeição do PL 788/2023. Resultado: Adiado. ITEM 6 - Projeto de Lei nº 2494, de 2021 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994 (Estatuto da Advocacia), para dispor sobre a oferta de Língua Brasileira de Sinais na realização do Exame de Ordem." Autoria: Senador Romário (PL/RJ). Relatoria: Senadora Soraya Thronicke. Relatório: Favorável ao projeto. Resultado: Adiado. ITEM 7 - Projeto de Resolução do Senado nº 14, de 2023 - Não Terminativo - que: "Institui a Frente Parlamentar Mista em Defesa da Família e Apoio à Vida." Autoria: Senador Magno Malta (PL/ES). Relatoria: Senador Eduardo Girão. Relatório: Favorável ao projeto. Resultado: Adiado. ITEM 8 - Sugestão nº 3, de 2023 - Não Terminativo - que: "Requer a criminalização da misoginia." Autoria: Programa e-Cidadania. Relatoria: Senadora Eliziane Gama. Relatório: Favorável à sugestão na forma do projeto de lei que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 9 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 37, de 2023 que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art.93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater os "Vinte anos da lei 10.639, de 2003, que trata do ensino da História e Cultura Afro-Brasileira".". Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS). Resultado: Aprovado o requerimento. ITEM 10 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 38, de 2023 que: "Requer realização de Audiência Pública para discutir "pulverização aérea por agrotóxicos e as violações de direitos humanos à saúde, alimentação e meio ambiente".". Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS). Resultado: Aprovado o requerimento. ITEM 11 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 39, de 2023 que: "Requer a realização de Audiência Pública sobre o Dia Nacional da Luta Antimanicomial" Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS). Resultado: Aprovado o requerimento. Às treze horas e nove minutos o Senador Paulo Paim passa a presidência a Senadora Augusta Brito. Faz uso da palavra o Senador Paulo Paim e a Senadora Augusta Brito. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e vinte minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Paulo Paim

Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
<http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/05/10>



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Fala da Presidência.) – Declaro aberta a 25^a Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal da 1^a Sessão Legislativa Ordinária da 57^a Legislatura.

Proponho a dispensa da leitura e a aprovação das Atas das 21^a e 23^a Reuniões desta Comissão.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas.

Antes dos itens da pauta, quero informar aos Senadores e às Senadoras que os requerimentos apresentados extrapauta serão apenas lidos – requerimento extrapauta. Porque nós chegamos num acordo aqui com todos os Senadores e Senadoras de que não votaremos nenhum requerimento que não esteja na pauta. Eles poderão ser lidos, mas votados só constando na próxima pauta. A votação ocorrerá somente na reunião deliberativa seguinte.

Então, nós temos três requerimentos que vamos apreciar neste momento.

Eu passo a Presidência a V. Exa.

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Boa tarde. Boa tarde ao nosso Senador Presidente; boa tarde também, Senador Girão; boa tarde a toda assessoria aqui presente; a todos que compõem a Comissão.

Eu vou fazer aqui a leitura do Requerimento nº 37, de 2023.

ITEM 9

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA N° 37, DE 2023

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater os "Vinte anos da lei 10.639, de 2003, que trata do ensino da História e Cultura Afro-Brasileira".

Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS)



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora já quero passar e conceder a palavra para que ele possa fazer a explanação do seu requerimento.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para encaminhar.) – Presidenta Augusta Brito, é uma satisfação enorme V. Exa. estar presidindo a Comissão de Direitos Humanos. Eu destacava, na audiência anterior, que nós temos 15 Senadoras na Bancada Feminina, 11 delas estão aqui. Então, qualquer dúvida, se eu quiser ganhar uma disputa aqui... O Senador Girão está aí? O assessor dele. Se eu ganhar uma disputa aqui, eu chamo as 11 Senadoras. (*Risos.*)

Mas elas são companheiras de todos nós, são muito tranquilas e muito competentes.

Mas, Senadora, esse requerimento eu fiz questão de apresentar porque é uma luta de todos nós. A Lei 10.639, de 2003, apenas diz que a verdadeira história do povo negro, de índio e de pessoas com deficiência, aqueles que são discriminados, seja contada no país da forma verdadeira e não uma manipulação, como infelizmente fez a história.

E dialogando com alguns ministérios, eles têm esse entendimento também. Nós queremos que essa lei seja vista e revista em todo o currículo escolar, não é? Eu acho... Até falei ontem, numa sessão aqui com a Ministra da Cultura, que a cultura é um outro caminho de combater racismo e preconceito. Pela liderança que os artistas têm, artistas, jogadores, enfim, todos eles têm, junto a nós todos, não é? E por isso eu elogiava a Senadora Leila, inclusive, pela firmeza dela não aceitando que na lei não constasse o combate ao racismo e ao preconceito.

Então, resumindo, aqui é a mesma coisa. Nós queremos que os 20 anos da Lei 10.639, de 2003, que trata do ensino da história e cultura afro-brasileira e indígena, seja realmente implantada – é lei! – nas salas de aulas. Esse é o objetivo. Já conversamos com os ministérios correspondentes. Eles estão dispostos a vir para cá para colaborar. E faremos esse debate no momento adequado a ajustar à nossa pauta aqui na Comissão.

Esse é o requerimento.

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Antes de botar em discussão e em votação, já queria parabenizar V. Exa.; sempre atento a essas questões. Eu digo que eu, além de tudo, estou aprendendo muito e fico muito feliz em fazer parte aqui das 11 mulheres que estão nesta Comissão sob o seu comando, o comando de V. Exa., tão bem conduzidas estamos sendo.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Pela ordem.) – Uma coincidência hoje que eu achei interessante: 11 Senadoras e 11 ministérios, se não me engano, liderados pelas mulheres.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – É, exatamente.

Vamos aí conversando, estamos chegando ao rumo certo, não é?

Mas eu gostaria de botar em discussão o requerimento do nosso querido Senador Paulo Paim.
(Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Os que concordam permaneçam como estão. (Pausa.)

Aprovado o Requerimento nº 37, de 2023.

Agora o Requerimento nº 38, de 2023.

ITEM 10

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA N° 38, DE 2023

- Não terminativo -

Requer realização de Audiência Pública para discutir "pulverização aérea por agrotóxicos e as violações de direitos humanos à saúde, alimentação e meio ambiente".

Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS)

Quero agora também já conceder a palavra para que ele possa fazer a justificativa do requerimento.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para encaminhar.) – Esse requerimento também não tem quem seja contra. Ninguém quer ver contaminação das plantações e muito menos das pessoas, não é? É um requerimento de defesa da vida, por isso é um debate que teremos aqui para discutir pulverização aérea por agrotóxicos e a violação dos direitos humanos nos eixos: saúde, alimentação e meio ambiente.

Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados – representantes, claro, porque a gente não pode achar que toda semana ou todos os dias vão estar ministros aqui, não é? Vida que segue e o trabalho é longo.

Então:

- representante da Ministra da Saúde;



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- representante da Ministra da Igualdade Racial – claro, se alguém puder vir com *status* de ministro, melhor ainda;
- representante da Ministra dos Povos Indígenas;
- Consea;
- Instituto Brasil Orgânico;
- Conselho Nacional de Direitos Humanos;
- Fian Brasil;
- Confederação Nacional dos Trabalhadores Assalariados e Assalariadas Rurais (Contar);
- MST;
- Contag;
- MMC;
- Idec;
- Campanha Permanente contra os Agrotóxicos e pela Vida;
- Greenpeace;
- Pessoas atingidas, como casos exemplares.

Deixo bem claro que se algum outro Senador quiser contribuir com a indicação de outras entidades, todos serão bem-vindos.

É isso.

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Mais uma vez parabenizo o nobre Senador e já botei em discussão o requerimento da audiência pública. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Os que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Também foi aprovado.

Sempre ressalto aqui a forma democrática do Presidente, dizendo que o Senador ou a Senadora que quiser ainda sugerir alguém para participar da audiência pública, a Comissão está aberta. Não é assim, nosso Senador?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem. Por isso que você é Presidenta. (*Risos.*)

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Estou seguindo o Presidente.

Requerimento nº 39, de 2023:

ITEM 11

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA N° 39, DE 2023

- Não terminativo -

Requer a realização de Audiência Pública sobre o Dia Nacional da Luta Antimanicomial

Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS)

Eu também gostaria agora de conceder novamente a palavra para o nobre Senador.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para encaminhar.) – Presidenta, eu recebi essa demanda da sociedade – Dia Nacional de Luta Antimanicomial – porque, há um tempo atrás, toda pessoa que tinha algum problema mental – a gente pode usar esse termo – jogavam num hospício e torturaram até. Eu me lembro de que havia tratamento de choque. Eu fui visitar, uma vez, em nome da Comissão de Direitos Humanos, e conseguimos barrar pelo menos nesse caso em que estive lá.

Mais uma vez, é o acolhimento da família que nós queremos.

Então, este debate aqui vai permitir que as pessoas tenham clara a importância da proteção de todos.

Permitam-me, já que temos um minuto.

Não chega a ser uma situação de doença mental, mas uma vez me contaram uma historinha. Vou tirar um minuto da senhora aqui, minha querida Senadora Augusta Brito.

Um casal à mesa, com um menino do lado, o filho, estava dialogando sobre a questão de um idoso que estava com problema de esquecimento e, às vezes, derrubava o prato no chão. Diziam: "Não dá mais, vamos ter que colocá-lo num hospício, num lugar para velho assim". Os pais dizendo, e o menino só



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

olhando. "Ou vamos ter que inventar um cocho de ferro ou de madeira e dar a ele para comer". Um cocho!

Aí os pais foram trabalhar, voltaram, chegaram em casa, viram o filho com um pedaço de madeira na mão, querendo esculpir algo. Perguntaram ao menino o que ele estava fazendo. Ele disse: "Olhem, vocês vão envelhecer um dia, vão ter algum tipo de deficiência, eu tenho dois caminhos: ou jogar vocês, como vocês querem jogar o meu vô, num hospício ou num lugar, que vocês chamaram, para velho, que eu nem sei o que é; ou, se vocês ficarem em casa, vou ter que manter vocês sobre controle e vou dar esse cocho de madeira para vocês comerem".

Os pais mudaram de opinião, segundo conta a história. E o vô continuou com a família até o último dia da sua vida.

É isso.

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE)
– Mais uma vez, aqui, tão sabiamente.

Eu já digo que sou enfermeira e eu tive o desprazer de estagiar, ainda quando tinha essa política muito forte, e um dos piores dias era quando eu ia fazer o estágio e via a situação como eram tratadas aquelas pessoas, que eram literalmente jogadas, para saírem da sociedade e nunca mais voltarem, porque, da forma que era, não tinha mais como voltar, enfim.

Parabenizo, mais uma vez, V Exa. por tudo. Ele está em todos os lugares.

O primeiro contato que eu tive com esse Senador...

Tenho que falar: vou pegar um minutinho seu também. Ninguém está com fome, estou percebendo.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Faço questão.

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE)
– Podem deixar. Vamos passar a tarde aqui.

Brincadeira.

As primeiras reuniões, os primeiros encontros, ele chegou e disse assim: não, eu já estou há muito tempo aqui, já venho lá de trás, enfim, são sete mandatos, não é?

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Sou de outros tempos.

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE)
– Aí eu já me acostumei muito; então, eu só quero ficar caladinho.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Mas acertou: são sete mesmo.

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Caladinho, ouvindo.

Quando eu vejo, é a pessoa que mais participa de tudo. Caladinho, nada. Ele preside, ele apresenta o requerimento, ele está na tribuna, ele está em todos os lugares.

Eu digo: vou me espelhar nele, ele foi longe, pode ser que eu chegue pelo menos no segundo.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Vai chegar.

Minhas palmas para você. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Muito obrigada pelo aprendizado, pela convivência, por ser essa pessoa tão agregadora.

Quero aqui registrar a presença do Prefeito de São Benedito, Saul Maciel, e do nosso ex-Deputado Totonho.

Agradeço a todos.

Posso encerrar ou lhe devolvo?

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Você é quem manda. Você abre e encerra.

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Eu não botei em votação, não?

Eu estava aprovando sem votar.

Mas, agora, pronto.

Não havendo quem queira discutir, eu vou botar em votação o Requerimento nº 39. (*Pausa.*)

Está aprovado, para que aconteça essa audiência pública, a pedido do nobre Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Pode fazer a fala de encerramento agora.

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Agora, eu só quero agradecer e dizer que a gente vai passar mais uma hora discutindo... (*Risos.*)



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não, gente! Quero agradecer a todas e a todos, parabenizar todo o trabalho da Comissão, de todos os assessores e assessoras, da imprensa aqui presente, e desejar uma ótima tarde para cada um e cada uma.

Declaro encerrada a presente reunião. (*Palmas.*)

(*Iniciada às 13 horas e 07 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 20 minutos.*)